

Política de cultura política de ciência

TERÁ este Governo do PSD, presidido pelo professor universitário doutor Aníbal Cavaco Silva, uma política cultural? A interrogação exprime uma dúvida legítima. Dúvida que é independente das intenções e dos méritos do ministro Roberto Carneiro e que vai mais longe da referência às diligências para fazer funcionar o sistema escolar. Bastaria, aliás, recordar o que se tem passado com as Comemorações dos Descobrimientos, para concluirmos que o Governo não só não tem uma política cultural, como não tem a consciência da responsabilidade cultural das comemorações.

É certo que ainda há dias, o Primeiro-Ministro se referia à educação como uma prioridade, a "grande prioridade" (27/Setembro, 88). Todavia, no seu papel de árbitro entre os seus ministros, não terá feito pesar a sua autoridade na distribuição das verbas orçamentais que permitam o funcionamento do esquema de ensino público e o desenvolvimento da actividade universitária e nos diversos domínios, universitários e pós-universitários, da investigação científica.

O secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, na inauguração, no Forum Picoas, da exposição "Exploradores da Matéria — Portugal e o CERN", admitiu, ou, mais rigorosamente, anunciou eventuais restrições à investigação científica, dando o seu compreensivo apoio ao orçamento na matéria suscitada: "A política científica deve ser coordenada com as prioridades nacionais e, num tempo de restrições orçamentais, os recursos têm de ser cuidadosamente distribuídos". Disse mais. Disse que as restrições orçamentais "não são inteiramente contraproducentes". Nos cortes orçamentais, na redução das verbas, vê o actual secretário de Estado da Ciência e da Tecnologia, um incentivo porque forçam, em sua original opinião "a focar as nossas inteligências no que é essencial". Contradizendo-se, ou produzindo um discurso diferente, na sessão de encerramento da VI Conferência Nacional de Física, o secretário de Estado garantiu que «não haverá contracção do financiamento público das actividades de investigação e desenvolvimento». Mas a contradição do discurso governativo é a forte indicação da ausência de uma política coerente.

A investigação científica e tecnológica é a base da modernização do País e é condição do desenvolvimento de todo o esquema educacional. Não se pode falar da educação como uma prioridade nacional e aceitar que sejam reduzidas as verbas dedicadas à investigação científica e ao ensino universitário. Da si-

tuação na Universidade de Lisboa falou, ao "Diário de Notícias" (24/Setembro/1988), o reitor, professor Meira Soares. As suas declarações são um brado de alarme e a situação descrita não se restringe à Universidade Clássica de Lisboa.

O professor Meira Soares recusa que a denúncia da situação crítica da Universidade de Lisboa possa ser considerada um ataque político ao Governo: "Aceito o poder legítimo mas entendo que devo alertar o Poder para a situação." E a situação apresenta-se como deficitária. O orçamento — observa o reitor — "é curto por várias razões". Tendo em conta os encargos da compensação do Imposto Profissional aos funcionários públicos e o aumento de vencimentos previsto para o próximo ano, de sete por cento, em vez de 500 mil contos necessários, estão previstos 5100 mil contos. Não se teve em conta a normal promoção de quadros na Universidade, a subida de assistentes escalaristas e assistentes, de assistentes a professores auxiliares, de professores auxiliares a associados e a catedráticos, e o aumento de despesa automática, inevitável; e, também não se considerou a necessidade de recrutar pessoal não docente, cuja carência, segundo o reitor, ronda os 50 por cento.

Os novos alunos, na sua respectiva, à Universidade de Lisboa, aumentam para 115 mil contos. Em conclusão o reitor expressou a sua preocupação: "Haverá este aumento de vencimentos do pessoal docente, aumento automático e por força de lei, havendo um aumento de 3 por cento global, o equivalente a 150 mil contos, e admitindo ser necessário admitir algumas pessoas, é fácil de ver que o nosso orçamento, para o próximo ano, não vai dar."

No que se refere à Faculdade de Letras, o Conselho Directivo, presidido pelo professor Vítor Jabouille, informou o reitor que "não se responsabiliza pelo funcionamento da Faculdade no ano lectivo de 1988/1989, caso não seja revista a situação financeira da escola." Oportunamente tinha sido apresentado à Direcção-Geral do Ensino Superior uma previsão de custos que resultavam da reestruturação da Faculdade e do aumento global de despesa devido à diversificação dos cursos, das licenciaturas, ao aumento das actividades de integração e do regime de formação profissionalizante. Em vez da verba considerada mínima como dotação orçamental para um funcionamento normal da Faculdade, ou seja 1 280 405 000 escudos, a Direcção-Geral do Ensino Superior entendeu que o orçamento para 1989 deveria limitar-se aos quantitativos de 1988.

A situação de crise não deverá ser dramatizada, mas — como avisa o reitor — "pode ser dramática". O professor Meira Soares "ao avisar o Governo", tem a consciência de que está a defender a instituição universitária, e seguro declara: "A única coisa que espero é que se perceba que se está a cometer um erro. E

Investigação científica

não só em relação à Universidade de Lisboa. Outras universidades estão em situações muito parecidas, ou piores...

As verbas necessárias para assegurar a qualidade do ensino não podem ser objecto de reduções ditadas por ajustamentos orçamentais. Os custos aumentaram, vão aumentar durante o ano de 1989. Uma política cultural e científica, não pode, por asfixia orçamental, comprometer o nível do ensino universitário e limitar a actividade de investigação. Uma política cultural e científica é incompatível com o critério expresso pelo secretário de Estado da Ciência e da Tecnologia: aceitar as restrições orçamentais. Isto, justamente, num domínio que nos exige renovado esforço e uma política de expansão.

Tem o Presidente da República feito a apologia da cultura, da investigação científica, do desenvolvimento científico e tecnológico. Tem feito o elogio de novos cientistas e investigadores portugueses. O Governo, frequentemente, tem-se associado a essas cerimónias. Mas do "cerimonial" é preciso passar à acção, à promoção efectiva do desenvolvimento científico e tecnológico, à expansão cultural, a uma política de ciência e de cultura. O Governo do PSD, de um modo geral, não tem uma política de Ciência e de Cultura.

Se a reacção do domínio da Cultura e uma Secretaria de Estado é apenas um aspecto burocrático, todavia significativo, é importante salientar que no Ministério da Educação e que iam meios financeiros e que nas escolas, a todos os níveis, se regista falta de aproveitamento, de pessoal docente, de pessoal de apoio pedagógico.

O ensino da Língua — essa prioridade — tem sido descuidado. E não se esqueça o que se passa com a aprendizagem da História de Portugal. Mas — falando de História — é o próprio Governo que nos oferece o lamentável espectáculo das improvisações, das hesitações e simplificações que se têm sucedido quanto às Comemorações dos Descobrimentos, relegadas, no que à tutela governamental concerne, para as competências de um ministro adjunto, engenheiro de formação, e igualmente responsável pelos assuntos relativos à juventude.

O maltusianismo de que são vítimas as universidades, a asfixia da investigação científica, são reflexos de uma falta de verdadeira política científica e cultural. Quanto aos Descobrimentos a questão é mais profunda. No seu opúsculo "Portugal e os Descobrimentos" (separata da "Revista de História Económica e Social"), o professor Vitorino Magalhães Godinho produz uma crítica arrasante, mas faz propostas concretas. Não será possível emendar estas, adoptar correcções, lançar iniciativas que culturalmente, cientificamente, correspondam à grandeza e significado dos Descobrimentos?

Investigação Científica